

**CONTRATO Nº 013/2019**

Fls.: 38

26/12/2019 [assinatura] - 17011

Processo nº: 01.19.646

Contratação de empresa para aquisição de assinatura periódica de natureza trabalhista, contábil, fiscal, por meio de ligações telefônicas, e-mails ou chat com Resenha fiscal – atualizações diárias encaminhadas diretamente do e-mail e demais pontos de acessos do cadastro, bem como atendimento em portal específico, para atender demanda da PBH Ativos S/A., que celebram a **PBH ATIVOS** e a empresa **ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL CONTÁBIL E JURÍDICA LTDA**.

A **PBH ATIVOS S/A**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1245 – 12º Andar – Savassi – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.112-024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pela sua Diretora Executiva, Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 441.021.276-15, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL CONTÁBIL E JURÍDICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.165.950/0001-43, estabelecida à Estrada do Tindiba, nº 455, Loja A e Sala 101, bairro Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ CEP: 22.740-360, representada por seu sócio- diretor, Marcio William Faria de Souza, portador da CI:MG 07.024.094-0, expedida pelo DETRAN/RJ e CPF: 835.094.617-20, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente da Dispensa de Valor nº.026/2019 processo administrativo nº 01.19.646, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES**

1.1. Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

- I. **CONTRATADA**: pessoa jurídica signatária do presente CONTRATO, na condição de prestadora dos SERVIÇOS;
- II. **CONTRATANTE**: PBH Ativos S.A. na qualidade de tomadora dos SERVIÇOS e signatária do presente CONTRATO;
- III. **CONTRATO**: o presente instrumento de contrato, incluindo todos os seus anexos;
- IV. **DOM**: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte;
- V. **PREPOSTOS**: representantes, sócios, empregados, contratados ou qualquer outra pessoa que atue em nome ou sob ordens da CONTRATADA na execução do presente CONTRATO, independentemente da natureza do vínculo;
- VI. **RILC**: Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE, instituído pela Instrução Normativa nº 005/2018, e disponível no sítio eletrônico da Companhia, cuja observância é obrigatória pelas partes, independente de transcrição;

CONTRATO 013/2019

Página 1 de 20



VII. SERVIÇOS: designa o conjunto de serviços e demais atividades que integram o objeto do CONTRATO, conforme especificações do presente instrumento, em especial da cláusula segunda e do Anexo I;

VIII. TERMO DE REFERÊNCIA ou TR: Termo de Referência da contratação direta da Dispensa nº: 026/2019, correspondente ao processo administrativo nº 01.19.646, que integra o Anexo I deste CONTRATO, independentemente de transcrição.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

2.1. Constitui objeto do presente contrato a aquisição de assinatura periódica de natureza trabalhista, contábil, fiscal, por meio de ligações telefônicas, e-mails ou chat com Resenha fiscal – atualizações diárias encaminhadas diretamente do e-mail e demais pontos de acessos do cadastro, bem como atendimento em portal específico, para atender demanda da PBH Ativos S/A.

2.2. Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

- I- Termo de Referência, independentemente de sua transcrição completa;
- II. Proposta da Contratada

2.2.1. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos anexos e as do corpo do CONTRATO, prevalecerão as regras deste.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo RILC, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

## CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

4.1. O período de vigência deste CONTRATO será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4.2. Os SERVIÇOS deverão ser executados com acesso ao portal, por login e senha, a partir da data de assinatura deste contrato.

4.3. Os prazos de vigência ou de execução poderão ser alterados nos limites da legislação e das normas internas da CONTRATANTE.

## CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os SERVIÇOS serão prestados conforme prazos e especificações do CONTRATO, e seu recebimento será realizado na forma do art. 121 do RILC, observado o seguinte:

- I. uma vez verificado a conformidade do objeto contratual com as exigências do CONTRATO e fornecido acesso ao Portal –COAD, a CONTRATADA será comunicada para a emissão da respectiva Nota Fiscal de Serviço.

CONTRATO 013/2019

Av. Getúlio Vargas 1245, 12º andar, Savassi . CEP: 30.112.021, Belo Horizonte | MG.

☎ +55 31| 3246.7044 📧 contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

Página 2 de 20





5.2. Caso seja constatada a desconformidade do SERVIÇO com as especificações do CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro de prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

5.3. Em caso de irregularidade, o fiscal deste contrato da CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Diretoria Executiva da CONTRATANTE para as providências cabíveis na forma da legislação.

## CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) para o período de 12 meses, conforme proposta da CONTRATADA, Anexo II deste CONTRATO.

6.2. O valor constante do *caput* constitui o único montante devido à CONTRATADA em função da execução do CONTRATO, estando nele incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução da avença, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, despesas comerciais, taxas de administração, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do CONTRATO.

6.2.1. A CONTRATADA poderá aceitar o aumento ou a redução do objeto pactuado, nos termos do art. 81, da Lei Federal nº 13.303/16, sendo aplicado, para fins de ajuste dos valores contratuais, os valores unitários constantes da Proposta Comercial da CONTRATADA.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento à CONTRATADA será realizada em até 20 dias contados do recebimento da respectiva Nota Fiscal/ Fatura.

7.2. As notas fiscais/faturas deverão conter a discriminação dos serviços, bem como do período execução, ou seja, para 12 meses.

7.3. As notas fiscais/faturas, caso regulares, serão atestadas pela Gerência Contábil da CONTRATANTE.

7.3.1. No caso de irregularidades na Nota Fiscal/Fatura ou nos documentos que devem acompanhá-la, o prazo para pagamento será contado a partir da reapresentação devidamente regularizada.

7.4. A CONTRATANTE poderá reter da remuneração devida à CONTRATADA o montante necessário para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

7.4.1. A retenção realizada na forma do *caput* não desobriga a CONTRATADA do regular cumprimento do CONTRATO, em especial da prestação do serviço, bem como de corrigir eventuais irregularidades.



**CLÁUSULA OITAVA – DO RECURSO FINANCEIRO**

8.1. O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

**CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

9.1. Desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data de início da vigência, os valores previstos neste CONTRATO serão reajustados com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

9.2. No caso de reajuste de valores devidos à CONTRATADA, caberá a esta solicitá-lo, devendo o requerimento ser apresentado juntamente com a justificativa e demonstração analítica dos valores requeridos.

9.3. Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no CONTRATO, constituem deveres da CONTRATADA:

- I. cumprir integralmente as disposições do presente CONTRATO, bem com a legislação e com as normas infralegais vigentes, independentemente de sua menção neste instrumento;
- II. manter as condições de habilitação durante toda a vigência do CONTRATO;
- III. manter em dia, e de forma regular, todas as licenças, alvarás, autorizações e demais documentos exigidos pela legislação e pelos entes competentes para seu adequado funcionamento e para a execução dos SERVIÇOS;
- IV. manter canal permanente de comunicação junto à CONTRATANTE, o qual deverá estar disponível durante o horário comercial e de funcionamento da CONTRATANTE;
- V. apresentar as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias da data de solicitação, prazo este que poderá ser reduzido, a critério da CONTRATANTE, para evitar danos ou prejuízos;
- VI. informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do CONTRATO, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão a mitigação de seus impactos;
- VII. corrigir, reparar ou refazer quaisquer dos SERVIÇOS ou atividades realizados em desconformidade com a legislação aplicável ou com o CONTRATO, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- VIII. responder pelas ações e omissões de seus PREPOSTOS, devendo manter a CONTRATANTE indene e devendo indenizar em caso de danos ou prejuízos à CONTRATANTE ou a terceiros.

10.1.1. Integram as responsabilidades e riscos da CONTRATADA o custeio das despesas e ônus diretos e indiretos, inerentes e acessórios à prestação dos SERVIÇOS, incluindo, mas não se limitando àqueles relacionados ao desenvolvimento dos produtos e atividades previstas no



Anexo I, a tributos, seguros, materiais, honorários, transporte, alimentação, obtenção dos insumos de tecnologia da informação, à alocação e dispensa dos PREPOSTOS além dos encargos trabalhistas e previdenciários.

**10.2.** Antes do início da execução do CONTRATO, a CONTRATADA deverá indicar o PREPOSTO que será o Representante da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:

- I. coordenar e gerir a prestação do serviço e demais atribuições da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO;
- II. realizar a interlocução com a CONTRATANTE, incluindo o fornecimento das informações necessária à regular execução do CONTRATO e aquelas solicitadas pela CONTRATANTE;
- III. participar de reuniões, caso convocadas pela CONTRATANTE;
- IV. dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção.

**10.3.** Compete à CONTRATADA, ainda, alocar PREPOSTOS com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos CONTRATO devendo ainda:

- I. garantir a regularidade do vínculo existente entre si e seus PREPOSTOS durante toda a vigência do CONTRATO;
- II. garantir a observância das disposições do CONTRATO e da legislação vigente pelos PREPOSTOS, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos PREPOSTOS à CONTRATANTE ou a terceiros;
- III. garantir que os PREPOSTOS estejam devidamente identificados e munidos de documentação que comprove sua habilitação para exercer as atividades relacionadas à execução do CONTRATO;
- IV. notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de PREPOSTOS, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos serviços, bem como para que os novos PREPOSTOS atendam ao disposto no CONTRATO;
- V. substituir os PREPOSTOS, caso eventualmente requerido pela CONTRATANTE de forma motivada;
- VI. arcar com todos os custos relacionados aos PREPOSTOS, em especial, mas não se limitando a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, EPI e EPC, encargos de contratação, de dispensa e de treinamento.

**10.4.** A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado, apresentar à CONTRATANTE os documentos que comprovem o cumprimento e a regularidade de suas obrigações legais, em especial, mas não se limitando àquelas de caráter fiscal, trabalhista, referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao pagamento dos encargos legais e contratuais devidos aos seus PREPOSTOS a qualquer título.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**11.1.** São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Designar o um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO;
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- III. Permitir e acompanhar o acesso dos PREPOSTOS da CONTRATADA às suas

CONTRATO 013/2019



- dependências, para execução dos SERVIÇOS, conforme horários acordados;
- IV. Vetar o emprego de qualquer produto incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens, ou ser prejudicial à saúde dos empregados;
  - V. Receber provisoriamente e, após, definitivamente, os SERVIÇOS que estejam em conformidade, conforme inspeções a serem realizadas;
  - VI. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos SERVIÇOS, observados eventuais descontos devidos
  - VII. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com os SERVIÇOS;
  - VIII. Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa;
  - IX. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS LIMITES DA SUBCONTRATAÇÃO, À CESSÃO DO CONTRATO E DE SUAS OBRIGAÇÕES

12.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.

12.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse CONTRATO.

12.3. A CONTRATADA não poderá:

- I. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;
- II. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SIGILO

13.1. A CONTRATADA obriga-se a manter o sigilo e a tratar como confidencial todo e qualquer documento, dado ou informação, obtido ou a que tenha acesso, de forma oral ou escrita, em função da celebração e da execução do CONTRATO.

13.2. A CONTRATADA obriga-se por si, por seus PREPOSTOS e eventuais sucessores.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE

14.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº009/2018 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS <http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/comprometendo-se com a ética, a>



integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;
- VI - rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII - promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Nos procedimentos de contratação realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-009/2018-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-011/2018-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

15.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a Dispensa de Valor e execução do CONTRATOS Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I - “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II - “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;
- III - “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV - “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;
- V - “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão



de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

15.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO PELA CONTRATANTE

16.1. A gestão e fiscalização do CONTRATO pela CONTRATANTE será realizada por nos termos do Decreto Municipal Nº 15.185 de 04 de abril de 2013 e alterações.

16.2. A nomeação do gestor e do fiscal do CONTRATO será realizada por ato próprio do Diretor Presidente da CONTRATANTE.

16.3. A CONTRATADA compromete-se a dar acesso às informações e documentos necessários à efetivação da fiscalização do CONTRATO, bem como a colaborar com a CONTRATANTE

16.4. A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui ou reduz a responsabilidade pela observância das disposições contratuais e das normas aplicáveis, bem como pela assunção integral e exclusiva das consequências advindas do seu eventual descumprimento, não podendo ser alegada qualquer espécie de corresponsabilidade ou responsabilidade subsidiária por parte da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. A prática de atos ilícitos ou o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do CONTRATO, pela CONTRATADA implicará nas seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE.

17.2. **Da advertência:** A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual a CONTRATADA é advertida sobre o descumprimento de obrigação legal ou contratual, ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada.

17.3. **Da multa:** O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega dos SERVIÇOS, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;





II. multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do CONTRATO, nos casos de:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos pela legislação ou pelo CONTRATO, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) não devolver, no prazo de 10 (dez) dias contados de notificação, eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
- e) alocar PREPOSTO que não atenda às especificações do CONTRATO ou da legislação;
- f) deixar de pagar, nos prazos exigíveis, a remuneração, despesas, tributos e encargos de qualquer natureza devidos aos seus PREPOSTOS;
- g) permitir ou tolerar que os SERVIÇOS sejam executados em condições que possam gerar danos aos seus PREPOSTOS, à CONTRATANTE ou a terceiros;
- h) descumprir preceito normativo pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- i) não apresentar documentos e informações requeridos pela CONTRATANTE, que sejam devidos na forma do CONTRATO;

III. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO na hipótese de constatação da inconformidade dos SERVIÇOS ou dos produtos e resultados com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou da constatação da existência de vício, irregularidade ou defeito oculto que os tornem impróprios para o fim a que se destinam;

IV. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, em caso de a CONTRATADA dar causa à rescisão do CONTRATO.

17.3.1. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas no CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

17.3.2. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

17.3.3. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

17.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE.

17.4.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, no CONTRATO e das demais cominações legais.



## 17.5. Dos procedimentos

17.5.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação da CONTRATADA, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

17.5.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no DOM.

17.5.3. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

17.5.4. Compete à Diretoria Executiva:

- I. julgar as defesas prévias;
- II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

17.6. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA do dever de plena execução do CONTRATO.

17.7. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

17.7.1. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

- I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;
- II. Adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;
- IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

18.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente, por justa causa, o presente CONTRATO, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos

- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;



II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:

- a) atrasos injustificados;
- b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da CONTRATANTE;
- c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
- e) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- f) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
- g) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
- h) razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância justificadas e exaradas no processo interno;
- i) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
- j) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- k) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- l) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

18.4. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará a retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016.

20.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016.

20.3. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

20.4. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO

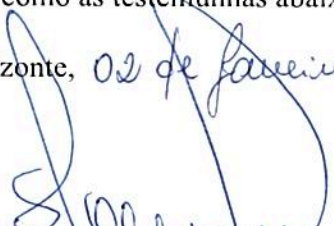
21.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no "Diário Oficial Municipal" correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO

21.2. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

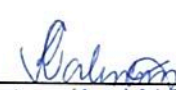
Belo Horizonte, 02 de janeiro de 2020

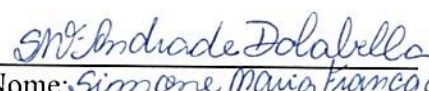
  
Soraya de Fátima Mourão Marques Lage  
**DIRETORA EXECUTIVA**  
**PBH ATIVOS S/A**

  
Pedro Meneguetti  
**DIRETOR PRESIDENTE**  
**PBH ATIVOS S/A**

  
Marcio William Faria de Souza  
**ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL CONTÁBIL E JURÍDICA LTDA.**

### Testemunhas

1)-   
Nome: ELISA LUCIA VALENTIM  
CPF: 059.655.966.69

2)-   
Nome: Simone Maria Franco de Andrade Dolabella  
CPF: 322.158.436-91





**ANEXO I- DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (TR)**

**Consultoria Fiscal e Trabalhista**

1) Por Telefone e/ou E-mail (Imposto de Renda e Outros Tributos Federais / Trabalhista e Previdenciária / IPI, ISS e Outros Assuntos Estaduais e Municipais) – com acessos durante a vigência da assinatura. Cadastro de até 3 telefones e e-mails.

**Atualização Garantida**

- 1) Edições semanais: Informativos – Digital em PDF com arquivo digital das edições.
- 2) Boletim eletrônico semanal por e-mail, com arquivo digital das edições, e edições extraordinárias, se houver.
- 3) Seções Especiais no Portal com conteúdo completo e prático sobre temas em destaque no momento.
- 4) Atualização diária em *real time* no Portal.
- 5) Acesso completo ao Portal de todos os conteúdos e recursos abaixo descritos sucintamente:
  - Pesquisa de atos legais e normativos e Orientações Técnicas da Equipe.
  - Simuladores fiscais – Simples Nacional com Enquadramento Cnae | Cálculo | Fator "R"; Pis/Cofins – Alíquotas Diferenciadas; Retenção na Fonte – Tributos Federais; TIPI; CEST/NCM; CFOP; CST/CSOSN; ICMS; ICMS / DIFAL.
  - Simuladores Trabalhistas - Contribuição Sindical em Atraso Empregadores Rurais; Contribuição Sindical em Atraso Empregados; Contribuição Sindical Patronal; CPP/FPAS Alíquotas das contribuições Patronal Previdenciária, para Terceiros e RAT; Cronograma e-Social; Cálculo de estagiários permitidos; RAT - Alíquotas de acordo com a sua CNAE; Retenção INSS sobre Serviços; Salário do Aprendiz; Salário-Família; Seguro-Desemprego.
  - Regulamentos, CLT e Códigos atualizados com sistema de pesquisa por palavra e índice e anotações pessoais.

**6) Modalidades de Consultoria:**

- Consulta Escrita por email ou portal, com resposta em até 72 horas;
- Consulta Vídeo Conferência;
- Consulta por telefone.



*[Handwritten signature]*

**Composição da Assinatura COAD**



**PROPOSTA DE ASSINATURA**

**ATC COMPLETO**

**COAD**  
Soluções Confiáveis

**PLANO ATC – ASSESSORIA TRIBUTÁRIA E CONTÁBIL**

**A/C PBHATIVOS**

**Consultoria Fiscal e Trabalhista**

- Por Telefone e/ou E-mail (IR e Outros Tributos Federais / Trabalhista e Previdenciária / IPI, ISS, ICMS e Outros Assuntos Estaduais e Municipais) – com ilimitados acessos durante a vigência da assinatura. Cadastro de até 3 telefones e e-mails.
- Suporte Técnico por chat de IR e Outros Tributos Federais; e Trabalhista/Previdenciária – com acessos ilimitados durante a vigência da assinatura.

**Atualização Garantida**

- Edições ATC semanais: Informativos – Digital em PDF ( x ) Digital e Impresso ( ), com arquivo digital das edições.
- Boletim eletrônico semanal por e-mail, com arquivo digital das edições, e COAD Urgente – edição extraordinária.
- Seções Especiais no Portal COAD com conteúdo completo e prático sobre temas em destaque no momento.
- Atualização diária em *real time* no Portal COAD.

Atualização Profissional Contábil e Jurídica Ltda  
CNPJ: 15.165.950/000-43  
Estrada do Tindiba, 455 – Pechincha - Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22740-360

CONTRATO 013/2019

Av. Getúlio Vargas 1245, 12º andar, Savassi . CEP: 30.112.021, Belo Horizonte | MG.  
☎ +55 31 3246.7044 ✉ contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

Página 14 de 20





**Facilidades Operacionais**

- Acesso completo ao Portal COAD (www.coad.com.br); todos os conteúdos e recursos.
  - Pesquisa de atos legais e normativos e Orientações Técnicas da Equipe COAD
  - Simuladores fiscais – Simples Nacional com Enquadramento Cnae | Cálculo | Fator "R"; Pis/Cofins – Aliquotas Diferenciadas; Retenção na Fonte – Tributos Federais; TIPI; CEST/NCM; CFOP; CST/CSOSN; ICMS; ICMS / DIFAL

Simuladores Trabalhistas - Contribuição Sindical em Atraso Empregadores Rurais; Contribuição Sindical em Atraso Empregados; Contribuição Sindical Patronal; CPP/FPAS Aliquotas das contribuições Patronal Previdenciária, para Terceiros e RAT; Cronograma e-Social; Cálculo de estagiários permitidos; RAT - Aliquotas de acordo com a sua CNAE; Retenção INSS sobre Serviços; Salário do Aprendiz; Salário-Família; Seguro-Desemprego.

- Regulamentos, CLT e Códigos atualizados com sistema de pesquisa por palavra e índice e anotações pessoais.

Para o plano ilimitado R\$ 12x R\$ 179,00

A vista R\$ 2,100,00

**Vigência: 12 meses.**

**Diferenciais da COAD**

- Sistema de Atualização Completo e Estruturado
  - Diário: atos legais (federais e 27 estados) no Portal COAD.
  - Semanal: através do informativo eletrônico (COAD News). Além de receber por e-mail, o assinante conta com o arquivo digital organizado no Portal COAD para leitura no momento mais conveniente.
  - Semanal: informativo tradicional em formato PDF para maior comodidade de leitura e arquivo digital. Para facilitar o controle de circulação, anotações técnicas e arquivamento em pastas exclusivas este Informativo semanal está disponível também na versão impressa (opcional).
  - Mensal: calendário de obrigações fiscais completo, contendo em detalhes as Pessoas Obrigadas, o Fato Gerador, as Penalidades, Código do DARF e Fundamentação Legal sempre atualizada. Em formato PDF, Impresso (opcional) e também em formato digital, no Portal COAD, com filtros para maior facilidade de busca.

Atualização Profissional Contábil e Jurídica Ltda  
CNPJ: 15.165.950/000-43  
Estrada do Tindiba, 455 – Pechincha - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22740-360

CONTRATO 013/2019

Av. Getúlio Vargas 1245, 12º andar, Savassi . CEP: 30.112.021, Belo Horizonte | MG.

☎ +55 31 3246.7044 ☎ contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

Página 15 de 20

- Valioso Acervo com Sistema Inteligente de Busca

A COAD possui um amplo acervo com textos legais anotados com remissões, esclarecimentos e orientações práticas desenvolvidas por nossa equipe técnica, com facilidade de busca e apresentação de resultados de sua pesquisa:

- Diversos Tributos e Temas Federais (Imposto de Renda, PIS/COFINS, Simples Nacional, IOF, Declarações Fiscais, Legislação Comercial, Legislação Societária, Defesa do Consumidor, Indicadores Econômicos).
- Trabalho, Previdência Social, FGTS, PIS/PASEP.
- IPI, ICMS, ISS e Outros Assuntos Estaduais e Municipais.
- Simuladores Fiscais, Simuladores Trabalhistas e Tabelas Dinâmicas
  - Mais de 70 tabelas práticas com filtros de pesquisa e ajuda técnica sobre os temas mais consultados.
  - Simuladores fiscais – informações estruturadas para facilitar rotina contábil e fiscal
  - Simuladores Trabalhistas – informações estruturadas para facilitar rotina trabalhista e previdenciária
- Rotinas Trabalhistas e Previdenciárias
  - Os procedimentos do dia a dia do Departamento de Pessoal estão disponíveis para os assinantes através de orientações práticas com exemplos que mostram como cumprir todas as Rotinas Trabalhistas e Previdenciárias, que envolvem a relação dos empregados com as empresas, além dos benefícios previdenciários.

Curso Prático de IRPJ

- A mais reconhecida obra do mercado estruturada em orientações 100% práticas, contendo a interpretação detalhada da legislação do IRPJ (Lucro Real, Presumido e Arbitrado), fartamente exemplificada, que mostra de forma didática como fazer.
- A cada mês, o assinante recebe 1 livro com conteúdo atualizado, em versão impressa (opcional) ou PDF.
- Legislação Consolidada: Regulamentos e Códigos Atualizados e outros textos legais
  - A legislação básica permanentemente atualizada está à disposição dos assinantes COAD em uma ferramenta exclusiva que permite a fácil consulta por palavras e números de artigos. E ainda permite o registro de anotações pessoais.





- RIR, RIPI, TIPI, Regulamento Aduaneiro, IOF, RICMS (RJ, SP, MG, ES, PR, SC, BA). RS em atualização.
- CF, CLT, CDC, Código Tributário Nacional.
- Normas Gerais do Regime ICMS-ST – Convênio ICMS 52/2017
- Atalhos para Temas mais Buscados
  - Um sistema inteligente de monitoramento dos acessos ao nosso conteúdo nos permite manter sempre em evidência, no menu superior do Portal COAD, atalhos que facilitam o trabalho de nossos assinantes.
  - As principais orientações elaboradas pela COAD facilitam o trabalho de quem precisa executar os procedimentos e aplicar a legislação na prática.
- Seções Especiais no Portal COAD
  - Um dos grandes diferenciais da COAD estes conteúdos estão no menu “Assuntos em Destaque. Os temas que geram mais dúvidas em nossa consultoria são estruturados de uma forma didática para facilitar ao máximo a compreensão e aplicação na prática do dia a dia.
  - Com uma indexação que facilita o acesso rápido ao conteúdo necessário essas seções trazem as Normas Legais e Normativas, com suas interpretações, Orientações Práticas e Perguntas e Respostas dos assuntos mais polêmicos.

- Consultoria Experiente

A Consultoria COAD é composta por alguns dos profissionais mais requisitados do Brasil por empresas como Petrobrás, Organizações Globo, Coca-Cola, Vale do Rio Doce, Rede Record, RJZ Cyrela, Votorantim, dentre outras, para trabalhos de Consultoria e Cursos In Company. A ampla experiência destes profissionais garante um padrão de qualidade incomparável em nosso atendimento. Nossa equipe, que atende a mais de 1 milhão de consultas/ano, é rigorosamente treinada para atender com presteza e resolver plenamente as questões apresentadas. Nossos canais visam oferecer aos assinantes total conveniência:

- Por chat – este canal é uma exclusividade da COAD. No momento, está disponível nas áreas de IR/LC e LTPS. É ideal para a maioria das questões mais básicas do dia a dia, onde muitas vezes você nem precisa parar o trabalho para fazer a consulta. Basta estar logado no Portal COAD, acessar a área de Suporte Online e enviar sua dúvida. Em poucos minutos sua questão será respondida.



- Por telefone\* – se a questão envolve uma complexidade um pouco maior e requer uma explicação mais didática, este é o melhor canal para você falar com as seguintes áreas: IR/LC, LTPS e ICMS/IPI/ISS.
- Por e-mail\* – a Consultoria por e-mail, também em todas as áreas, é ideal para questões mais complexas e/ou que exigem uma fundamentação mais detalhada da resposta, além de ser muito útil para dar conhecimento a outras pessoas. Nosso prazo de resposta padrão é em até 24 horas.

\* Estados atendidos na área estadual: BA, ES, MG, PR, RJ, RS, SC, SP.

### **Por que a COAD é a sua melhor opção?**

Há mais de 50 anos, a COAD é pioneira em soluções para atualização, pesquisa, consultoria e educação sobre temas fiscais, contábeis e trabalhistas. Nossa equipe técnica, comprometida e muito experiente, garante a interpretação mais rápida e segura das constantes alterações na legislação, para sua segurança e tranquilidade profissional. Por essa razão, muitos de nossos clientes nos dizem, com frequência: *“Quando comparo as informações entre diversas fontes, compreendo com mais facilidade e tenho mais confiança nas orientações da COAD”*. Esta confiabilidade é a nossa marca registrada e o maior valor que oferecemos a nossos assinantes. E para os próximos 50 anos dispomos agora também de uma nova e moderna estrutura tecnológica que está nos permitindo trazer inovações com grande velocidade e que vão fazer os níveis de produtividade de sua equipe decolar.

---

### **Condições da Contratação**

Validade da Proposta: 20/12/2019

Formas de Pagamento:

- Cartão de Crédito
- Boleto Bancário
- A confirmação do primeiro pagamento é o aceite desta proposta.

Condição de pagamento: Parcelamento

Vigência: 12 (doze meses)

### **Outros benefícios exclusivos:**

**Descontos exclusivos para clientes COAD!**

Cursos EAD:

- Certificação COAD

Atualização Profissional Contábil e Jurídica Ltda  
CNPJ: 15.165.950/000-43

Estrada do Tindiba, 455 – Pechincha - Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22740-360

☎ +55 31 3246.7044 ✉ contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

10/7



- Todas as aulas ao vivo
- Vasta grade de temas nas áreas contábil, fiscal, tributária e trabalhista que pontuam para o PEPC (Programa de Educação Profissional Continuada) do CFC
- Replay: Assista novamente até 30 dias após a data do curso
- Espaço dedicado para perguntas

**Cursos Presenciais abertos e In Company:**

- Certificação COAD
- 11 unidades em 5 estados
- Vasta grade de temas nas áreas contábil, fiscal, tributária e trabalhista que pontuam para o PEPC (Programa de Educação Profissional Continuada) do CFC

**Livros Técnicos:**

- Diversos títulos elaborados por especialistas nos temas
- Temas fiscais, contábeis, tributários, trabalhistas

**Seja bem-vindo a COAD!**

Obrigado por escolher a COAD! É uma grande satisfação para toda nossa equipe contar com você e sua empresa em nosso seleto grupo de assinantes, fazendo parte da maior Rede de Inteligência Tributária, Trabalhista e Contábil do Brasil. E conte comigo! Estarei sempre à sua disposição para ajudar você a usufruir de todos os benefícios que a nossa empresa lhe oferece.


Atenciosamente,

Genilda Ieal.

Consultor de Vendas COAD

Tel. (21) 2156 5933

e-mail: [gsilva@coad.com.br](mailto:gsilva@coad.com.br)

  
MARCUS VINICIUS DERITO GRECO  
DIRETOR COMERCIAL